



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt



Trajetórias de Refúgio: Análise de Género, Interseccionalidade e Políticas Públicas em Portugal

Beatriz Padilla (Coord.), Thais França, Adriane Vieira

Junho de 2022, Estudo OM 71

Observatório das Migrações

Alto Comissariado para as Migrações (ACM)

ISBN 978-989-685-127-9

Investigação cofinanciada pelo Fundo Europeu para o Asilo, a Migração e a Integração (FAMI)



FUNDO
ASILO, MIGRAÇÃO
E INTEGRAÇÃO



UNião Europeia



REPÚBLICA
PORTUGUESA



SGMAL
SECRETARIA
GERAL



ACM
ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES

Estudo disponível em: www.om.acm.gov.pt

Contacto: om@acm.gov.pt

Resumo:

"*Trajetórias de Refúgio: análise de género, interseccionalidade e políticas públicas em Portugal*" (PT/2018/FAMI/351) foi um projeto de investigação ação financiado pelo FAMI (Fundo para o Asilo, a Migração e a Integração), desenvolvido no Centro de Investigação e Estudos de Sociologia (CIES-IUL), do Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL). A equipa do projeto foi constituída pela Coordenadora Beatriz Padilla, e pelas investigadoras Thais França (CIES-IUL) e Adriane Vieira (CIES-IUL), para além de uma investigadora comunitária e de tradutoras comunitárias contratadas no decorrer do projeto.

O projeto foi desenvolvido a partir da perceção de que a perspetiva de género e a especificidade da mulher refugiada ainda é pouco aprofundada e levada em consideração tanto no desenho de políticas públicas focadas nas mulheres e nas suas famílias em Portugal, como nas investigações sobre a temática, com poucos estudos focados na experiência das mulheres refugiadas em Portugal. Em geral a literatura tradicional sobre migrações e refúgio, tal como em outros campos, assume que o refugiado é homem e em consequência analisa a experiência dos requerentes de asilo de sexo masculino, focando-se no acolhimento e integração sem considerar o papel de marcadores de diferença como o género, a raça, a classe social, a religião, a idade, entre outros. Ou seja, na sua maioria, os estudos migratórios não levam em conta as questões de género e protagonismo das mulheres como "sujeitos e agentes da migração".

Sendo assim, os estudos sobre as pessoas refugiadas compreendem a perspetiva do "refugiado" enquanto sujeito único e universal, sem considerar as especificidades de género. Porém, o refugiado em si não existe, pois este é marcado por um género, raça, classe social, orientação sexual, pertencente a uma etnia, é proveniente de uma sociedade e cultura na qual foi socializado, com papéis sociais e de género estabelecidos, com diferentes redes sociais, sendo que estes marcadores da vivência do refúgio precisam de ser estudados e analisados.

OBSERVATÓRIO DAS MIGRAÇÕES | OBSERVATORY FOR MIGRATION | www.om.acm.gov.pt

ALTO COMISSARIADO PARA AS MIGRAÇÕES, I.P. | HIGH COMMISSION FOR MIGRATION
Rua Álvaro Coutinho, 14 | 1150-025 Lisboa | T.+(351) 218 106 100 F.+(351) 218 106 117



Contudo, a partir dessa visão do refúgio há uma homogeneização do sujeito de refúgio, o que ocasiona uma maior invisibilidade, acentuando as situações de vulnerabilidade para diferentes grupos. O não reconhecimento das mulheres refugiadas como uma categoria específica resulta na criação de políticas, programas e investigações centrados numa visão masculina enviesada do sujeito tanto nas motivações como nas políticas e práticas de receção, acolhimento e integração, e o papel do homem como “*bread winner*” é tido como dado adquirido. Dessa forma as políticas, apresentadas como neutras, não são desenhadas com base nas especificidades das mulheres refugiadas e limitam ou condicionam o acesso destas aos programas de proteção e integração no país de acolhimento, salvo como apêndice dos refugiados do sexo masculino (marido, progenitor, etc.).

Com base em estudos anteriores desenvolvidos pela equipa do projeto, a pouca visibilidade do género nos estudos sobre refúgio revela uma imprudência dos próprios investigadores que generalizam as suas observações e análises e compreendem os fenómenos sociais como não influenciados pelo género. Dessa forma, este projeto visou preencher esta lacuna já assinalada em trabalhos anteriores. Neste sentido, deu-se relevância também a novos referenciais teóricos e metodológicos que salientam tanto novas temáticas e perspetivas, quer questões vinculadas à violência de género como ao direito a migrar e ao bem-estar.

Desde a chamada crise dos refugiados, Portugal tem aumentado a sua disponibilidade no acolhimento de requerentes de asilo e refugiados através de diferentes programas. Segundo dados do Serviço de Estrangeiros e Fronteiras (SEF), no ano de 2015, quando o país aderiu ao Programa Europeu de Recolocação, recebeu um número de 896 solicitações de asilo, 100,4% a mais que o ano anterior (447 pedidos). A tendência de crescimento manteve-se constante, em 2019, as solicitações de asilo chegaram a 1.849. Neste contexto, os pedidos de proteção realizados por mulheres têm crescido exponencialmente, cerca de 184% de crescimento entre 2014 e 2019.

Em resposta a esta nova realidade e partindo de uma perspetiva de género, o projeto visou compreender as trajetórias e experiências vivenciadas por mulheres em situação de refúgio em Portugal, especificamente na Área Metropolitana de Lisboa, e incluindo as refugiadas e famílias, que chegaram ao país por meio dos programas de recolocação, reinstalação, recolocação *ad hoc* (navios humanitários) ou de forma espontânea. Os objetivos específicos foram:

- Descrever as trajetórias e itinerários das mulheres em situação de refúgio;
- Aprofundar, analisar e compreender a realidade vivenciada pelas mulheres refugiadas e requerentes de asilo e pelas suas famílias, a partir das suas próprias experiências e com uma perspetiva de género;
- Analisar o desenvolvimento dos diferentes programas de acolhimento e integração de refugiados em Portugal focando tanto nos atores estatais como nas entidades da sociedade civil, desde uma perspetiva de género;
- Compreender as respostas dadas pelos diferentes atores na Área Metropolitana de Lisboa, mapeando o universo de apoio oferecido às mulheres e às suas famílias;
- Identificar possíveis estratégias de empoderamento que permitam melhorar as capacidades de ação coletiva e intervenção das próprias mulheres, visando melhorar a sua inserção social, económica, cultural e política em Portugal;



www.om.acm.gov.pt / om@acm.gov.pt

- Construir alianças comunitárias com as organizações que trabalham com refugiados, académicos e as próprias refugiadas, de modo a dar sustentabilidade ao projeto e gerar um grupo de advocacia em prol das populações refugiadas em Portugal.

A partir das reflexões advindas do trabalho de campo, as autoras confirmam a hipótese inicial de que a perspetiva de género ainda é escassa nas políticas e programas/projetos destinados a pessoas refugiadas, limitando o acesso das mulheres aos programas e projetos existentes. Em geral, as políticas e ações existentes destinadas ‘aos refugiados’ são cegas ao género. Verificou-se que todas as entidades envolvidas no acolhimento, integração, voluntariado, prestação de serviços, entre outros, reconheciam a importância do género e de desenvolver políticas públicas sensíveis às questões de género mas que, no entanto, estas políticas na realidade são muito escassas.